

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XVII



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1978

PAUL-MARIE DUVAL, *Les Dieux de la Gaule*, Col. Petite Biblioteque Payot, 298. Payot, Paris, 2.^a edição, 1976, 169 p.

A reedição renovada e aumentada desta obra, tornada já um clássico, desde que pela primeira vez foi publicada em 1957, merece-nos aqui algumas observações acerca do seu valor e significado, no contexto dos estudos sobre a religião da época pré-romana e romana.

Conseguindo um equilíbrio exemplar entre a síntese e a análise, e entre o ensaio de investigação e a divulgação universitária cuidada, *Les Dieux de la Gaule*, é bem a convergência a que chegaram os progressos feitos desde o século xix no conhecimento das entidades divinas nas raízes da Europa moderna.

A ordenação e perspetivação dos assuntos tratados retém também a nossa atenção, pois apresenta uma forma bem proporcionada no tratamento da vasta matéria que motiva o livro. Assim, após uma introdução à problemática, são expostos os dados existentes sobre o que se sabe da religião gaulesa até aos inícios do Império. Num segundo e mais vasto capítulo, muito rico em reflexões de ordem civilizacional a partir dos dados religiosos, estudam-se os deuses indígenas e os que sofreram um fenómeno de aculturação, durante o império romano. Numa última parte, referente a «limites e prolongamentos», tratam-se os deuses estrangeiros que não foram assimilados, aponta-se a distribuição dos cultos, as características dos templos indígenas e, finalmente, antecendo uma boa síntese conclusiva, referenciam-se os testemunhos das sobrevivências do politeísmo galo-romano no cristianismo.

P.-M. Duval, trabalhando bem os abundantes testemunhos iconográficos e epigráficos, ajudado pela linguística e utilizando abundantes trabalhos eruditos, conseguiu dilucidar com relativa segurança a caracterização de um grande número de divindades, o que tem sido bem mais difícil para a Península Ibérica, sobretudo em virtude de um menor número de elementos em alguns sectores (com destaque para o iconográfico) e das dificuldades de ordem linguística.

A extensão das matérias estudadas e os limites destas notas impedem-nos de apresentar uma boa referenciação das formas como aquelas são tratadas, nomeadamente das relações das divindades indígenas com as romanas; contudo, não gostaríamos de deixar de transcrever a exposição da perspectiva bem construída de um conceito tão importante nos domínios da religião antiga como o do sincretismo. Diz-nos P. M. Duval na p. 7:

(...) «Fusão, assimilação, ou justaposição, associação? Estes fenómenos matizados são assim englobados na noção de «sincretismo», de cuja análise se precisa a pouco e pouco e deve ser aqui levada com circunspeção. O fenómeno é hoje discutido: não é antes um esforço mal ajustado de assimilação, uma sobreposição mal digerida ao menos até ao sec. n, de crenças populares indígenas e de cultos oficiais importados? Se há sincretismo galo-romano, seria pois restrito, bastante artificial e a seiva dos deuses gauleses ter-se-ia

antes empobrecido. A noção seria esclarecida por um estudo comparativo estendido a outras províncias do império romano» (...)

Convite aliciante, aliás como outras expressões nestas páginas, a que se avance nas relações temáticas em áreas geográficas diferentes neste complexo mundo ocidental.

Para as Hispânicas, os estudos de J. L. Vasconcelos, de S. Lambrino, de J. M. Blasquez, J. d'Encarnação, entre outros, oferecem-nos já algumas boas visões sobre várias das questões fundamentais, mas falta-lhes ainda, duma maneira geral, uma sólida estruturação ensaística, como a conseguida no presente volume.

Resta, por fim, fazer o reconhecimento do bom estímulo que esta obra constitui para realizações congéneres, num domínio que se nos afigura dos mais frutuozos para o conhecimento da História antiga.

JOSÉ MANUEL GARCIA

JEAN-PIERRE MARTIN, *Le siècle des Antonins* — Documents Histoire 20

Presses Universitaires de France, Vendôme, 1977, 151 pp.

O objectivo deste livro é o da apresentação e exposição de uma série de documentos literários e epigráficos concernentes a um período da História, que por vezes é conhecido com a designação de «século dos Antoninos». Trata-se, sem dúvida, dum projecto ambicioso que tem à partida a limitação de estar reduzido a um tão pequeno número de páginas. Na verdade uma conjuntura tão vasta como importante e diversificada, requeria a inserção dum volume de textos bem mais considerável.

A obra está basicamente dividida em quatro partes — uma primeira serve de introdução, outra tem a documentação, uma terceira os «pontos de vista», e uma última apresenta um quadro genealógico dos imperadores, uma cronologia, referências sobre os autores dos documentos e elementos bibliográficos.

Na introdução são esboçadas algumas das questões mais importantes referentes aos imperadores, à *pax romana*, à sociedade, à administração e às vidas económica, religiosa e intelectual. No entanto, a brevidade com que é feita deixa em aberto muitos problemas, a começar pelo que dá o título ao livro, isto é, até que ponto está correcta a expressão «século dos Antoninos». Ela encerra sensíveis dificuldades na definição da sua unidade histórica, dificuldade essa idêntica à de outros «séculos», como os de Augusto ou de Luís XIV. Na verdade, e, se alguns elementos intrínsecos poderão convergir e apontar características comuns nas diversas estruturas da formação económico-social durante o espaço de tempo que vai de 96 a 192 d.C., não deixam contudo de ser perceptíveis a sua evolução e transformações, apontando por um lado, para uma forte relação com o séc. I, com que forma a fase do «alto